

Bruxelas, 16 de Junho de 2009

Eficácia dos professores prejudicada pela falta de incentivos e pelo mau comportamento na sala de aula

Segundo um novo relatório da OCDE, elaborado com o apoio da Comissão Europeia, três em cada quatro professores sentem que não têm suficientes incentivos para melhorar a qualidade do seu ensino, ao passo que, três em cada cinco escolas alegam que o mau comportamento dos alunos na sala perturba o bom desenrolar da aula. O relatório assenta no novo inquérito internacional sobre ensino e aprendizagem (TALIS) e, pela primeira vez, apresenta dados comparáveis à escala internacional sobre as condições de trabalho dos professores nas escolas, baseados nas conclusões de um inquérito conduzido em 23 países participantes.

Ao apresentar o relatório, o Secretário-Geral da OCDE Angel Gurría insistiu na necessidade de melhorar o desempenho dos professores. «O êxito das políticas de educação depende fortemente da existência de professores de elevada qualidade,» afirmou. «A verdade é que a qualidade de um sistema educativo não pode superar a qualidade dos seus professores e do respectivo trabalho.»

Ján Figel', Comissário Europeu responsável pelo pelouro da educação, formação, cultura e juventude, acrescentou a este respeito: «Estima-se que haja 6 250 000 professores na UE, que precisam de toda a ajuda que as autoridades educativas lhes possam prestar para poderem leccionar o melhor possível nos diversos ambientes de sala de aula, em rápida evolução. Para tanto, é necessário determinação e empenho por parte dos responsáveis políticos no apoio aos nossos professores, apoio esse não só para melhorar a sua formação, mas também para a melhoria das suas condições de trabalho.»

O relatório, intitulado «*Creating effective teaching and learning environments*» (*Criar ambientes de ensino e aprendizagem eficazes*), baseia-se nas conclusões do TALIS, e revela o seguinte:

- Na Austrália, Bélgica (Flandres), Dinamarca, Irlanda e Noruega, mais de 90% de professores afirmam não esperar qualquer recompensa pelo facto de melhorarem a qualidade do seu ensino.
- Os professores mostram-se menos pessimistas na Bulgária e na Polónia, ainda que cerca de metade deles não vejam incentivos para melhorar.
- Na Estónia, Itália, República Eslovaca e Espanha, mais de 70% de professores do 3.º ciclo do ensino básico trabalham em escolas em que se refere que as perturbações de sala de aula prejudicam o processo de ensino «em certa medida» ou «bastante».

- Em média, 38% dos professores inquiridos trabalhavam em escolas em que se faz sentir escassez de pessoal qualificado. Na Polónia, este problema afecta apenas 12% das escolas. Já na Turquia, essa escassez afecta 78 % das escolas. <http://dx.doi.org/10.1787/607784618372>
- Em média, os professores passam 13% do tempo de aula a mater a ordem. Na Bulgária, Estónia, Lituânia e Polónia, esse esforço representa menos de 10 % do tempo de aula.
- Para além das perturbações na sala de aula, outros factores que prejudicam o ensino incluem o absentismo dos alunos (46%), a sua chegada tardia à aula (39%), o uso de linguagem vulgar e blasfema (37%) e a intimidação ou ofensas verbais contra outros estudantes (35%).
- Conjuntamente com a falta de incentivos para melhorarem, nalguns países os professores nem sequer estão sujeitos a qualquer avaliação sistemática nem recebem qualquer forma de apreciação do seu trabalho. É o que acontece com mais de 25 % dos professores na Irlanda e em Portugal, 45 % em Espanha e 55 % na Itália. <http://dx.doi.org/10.1787/607856444110>

A **principal lição política** é a de que as autoridades educativas têm de prever incentivos mais eficazes para os professores. Muitos países não estabelecem uma relação entre a apreciação do desempenho dos professores e as recompensas e o reconhecimento que estes recebem e, mesmo naqueles onde tal existe, essa relação não é frequentemente muito estreita.

De um modo geral, o inquérito indica que os planificadores da educação poderiam fazer mais para apoiar os professores e melhorar o desempenho dos estudantes, se o público e os decisores políticos olhassem menos para o controlo dos recursos e dos conteúdos educativos e mais para os resultados da aprendizagem.

Contexto

TALIS é a designação do novo inquérito da OCDE: «inquérito internacional sobre ensino e aprendizagem». Trata-se do primeiro inquérito à escala internacional que se debruça sobre o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho dos professores nas escolas. Examina questões que afectam os professores e o seu desempenho, na perspectiva dos directores/presidentes e dos próprios professores. Procura-se deste modo suprir importantes lacunas de informação que se observam ao comparar os sistemas educativos a nível internacional.

O inquérito foi conduzido com o apoio da Comissão Europeia, e cobre **23 países participantes**: Austrália, Áustria, Bélgica (comunidade flamenga), Brasil, Bulgária, Dinamarca, Estónia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Coreia, Lituânia, Malásia, Malta, México, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Turquia.

Em cada país, foram seleccionadas aleatoriamente cerca de 200 escolas e, em cada uma delas, foram preenchidos dois questionários, um pelo director e outro por 20 professores escolhidos ao acaso.

As perguntas abordavam temas como a preparação dos professores, as práticas de ensino que adoptam e os regimes de reconhecimento e recompensas para os professores.

Ver www.oecd.org/edu/talis/firstresults